

EM CASO DE NÃO UTILIZAÇÃO, DEVOLVA ESTA FOTOCÓPIA A DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Distribuição restrita aos
Gabinetes e Secretário-Geral

Classificação:

Distribuição:

PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação comércio do POETA Periodicidade D

Dia 7.10.79 Pág.(s) 1-8 Tendência política _____



Fundação Cuidar o Futuro

cl
7.10
pl.

10/8
LURDES PINTASILGO EM PENICHE

«VIM COMEÇAR PROBLEMAS
MAS NADA POSSO PROMETER»

A intenção é boa, os resultados a seu tempo se verão. Durante parte da manhã e da tarde de ontem a Primeiro-Ministro, Lurdes Pintasilgo, acompanhada dos ministros de Justiça e dos Assuntos Sociais e dos secretários de Estado da Administração Local e das Pescas, esteve votada ao estudo de algumas das mais importantes carências do concelho piscatório de Peniche. Para se inteirar devidamente do grau de carência de cada uma delas, foi aos locais, ouviu explicações e fez perguntas.

Como salientaria, no decorrer de uma sessão de trabalho que teve lugar no ginásio da Associação Recreativa Penichense «vim para conhecer os problemas, mas nada posso prometer». E tinha razão. Algumas das deficiências apontadas exigem profundo estudo e elevadas verbas para a sua concretização — o Governo Pintasilgo é provisório e está já muito próximo do seu termo.

As autoridades locais apresentaram uma série relativamente extensa dos problemas mais prementes: infra-estruturas do porto, entreposto frigorífico, situação criada pelo aumento do preço dos combustíveis, financiamento às cooperativas piscatórias, hospital, habitação, abastecimento de água, desalojamento dos «inquilinos» do Forte, Central Nuclear de Ferrel, Palácio da Justiça e casas para os magistrados.

EM CURSO O PROJECTO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA

Metendo os pés na lama a primeiro-ministro percorreu os locais de implantação de alguns melhoramentos locais. Esteve na zona do porto (ouviu que o actual porto e lota movimentaram no ano findo peixe no valor de cem mil contos por mês) nos terrenos onde será construído o Palácio da Justiça, viu as obras das casas para magistrados, o terreno do futuro Centro de Saúde e visitou o «Lar de Santa Maria».

Em relação ao Palácio de Justiça e de acordo com informações prestadas a este jornal pelo titular da pasta, o projecto está entregue ao arquitecto Rodrigues Lima que

o deve ter concluído dentro de um ano e depois deverá arrancar a obra que se espera esteja pronta três anos depois. Vaor da mesma: 40 mil contos.

Quanto às casas para magistrados, foi-nos dito que as mesmas deveriam já ter terminado, aconteceu que o empreiteiro se enganou e fez primeiro outras casas que não se destinavam ao Ministério da Justiça. A obra está quase pronta e cada andar deve orçar pelos dois mil contos.

Sobre o Centro de Saúde ouvimos algumas pessoas envolvidas no processo. Puseram em relevo que Peniche rebenta pelas costuras. O serviço de saúde é prestado através da Casa dos Pescadores e da Caixa de Previdência uma e outra dimensionadas para uma época que não é a actual. Além disso, os Serviços de Saúde são prestados em oito locais distintos, o que complica ainda mais o problema. O projecto do novo Centro de Saúde que aglutine todos os serviços com a mesma relacionados, encontra-se concluído. A este propósito foi referido que os Estados Unidos atribuíram uma verba para centros de saúde e que Peniche na altura não beneficiou da mesma dado que o projecto do edifício não estava terminado. A situação agora é pois diferente. Não houve uma resposta concreta para a pergunta: quando haverá Centro de Saúde?

Lurdes Pintasilgo teria ocasião de assinalar durante a sessão na associação dos penicheiros que visitara uma obra muito valiosa, o «Lar de Santa Maria», tendo até a expressão «é obra vossa». Trata-se de uma iniciativa levada a cabo há cerca de vinte anos por um sacerdote, padre Bastos, que a pouco e pouco e por diversas vezes contou com o apoio oficial.

E PRECISO QUE HAJA DIALOGO ENTRE ARMADORES E CONSERVEIROS

Nos locais que visito Lurdes Pintasilgo teve sempre a presença de populares que ouviam o diálogo travado com as autoridades locais e quando visitou a Câmara Municipal (onde ouviu breves palavras de saudação proferidas pelo respectivo presidente), assomou à varanda para acenar às pessoas que se tinham concentrado no largo.

Os pontos mais em foco durante a sessão de trabalhos nos «Penicheiros» relacionaram-se com a actividade piscatória, a saúde, a habitação e o caso da central nuclear. Um representante do Sindicato dos Pescadores focou especialmente o aumento do preço do gasóleo, a rede de frio e a política de juros em relação às cooperativas, e uma trabalhadora do sector conserveiro referiu-se a vencimentos em atraso.

Em resumo, o Secretário de

continua →

Estado das Pescas disse que em Peniche existe uma razoável capacidade de armazenamento de peixe que não é devidamente aproveitada. A ocupação não excede os 80 por cento.

Defendeu um diálogo entre armadores e conserveiros para se chegar ao aproveitamento compensador da capacidade local de frio. Sobre o subsídio ao gasóleo disse que os maiores encargos de uma traineira—60 por cento—são com salários, enquanto que o gasóleo é uma parte mínima. Acrescentou que

a política do Governo é de apoiar as cooperativas e que as existentes em Peniche para a pesca da sardinha oferecem resultados «animadores», contudo os seus custos assemelham-se aos da iniciativa privada.

Em resposta à trabalhadora que se queixou de atrasos em salários e pediu uma «lei que obrigue o patrão a pagar» o Secretário de Estado das Pescas recordou que a indústria das conservas de peixe está há muito tempo em crise e insistiu num diálogo entre armadores e conserveiros no sentido de que não se registem épocas de falta de peixe e outras de abundância.

OS «INQUILINOS» DO FORTE

Um elemento do Clube Rotário de Peniche referiu a situação de um refugiado que vive no forte e possui uma carta passada pelo tenente-coronel Carlos Fabião declarando que serviu o Exército Português e que, apesar disso, não consegue obter a respectiva cidadania. O ministro da Justiça informou que muito recentemente tratou de 200 pedidos de cidadania que os respectivos «critérios são muito amplos e se existe razão para que, no caso referido, a mesma seja atribuída, pois é pedir a revisão do processo». Segundo conseguimos saber, pretende-se, também desalojar os refugiados e apátridas que se encontram no forte para lhes dar outro destino. Há

quem pretenda instalar um «Museu do Fascismo», o que para certos sectores da vila seria prolongar o ferrete político. Existe, também, projecto para uma pousada que, eventualmente, até sido abandonado.

O ministro dos Assuntos Sociais, a propósito da pergunta se a pensão de reforma dos pescadores será ou não aumentada, recordou que a Previdência está em dificuldades financeiras (existem 25 milhões de contos de dívidas resultantes de não pagamento de contribuições de empresários e trabalhadores) e que, se for exigido o pagamento das dívidas, empresas haverá que despedem pessoal ou fecham.

A pergunta feita sobre a política do Governo em matéria de Reforma Agrária respondeu a Primeira-Ministro que «se vai cumprir a lei, mas há vários processos de a cumprir» admitindo uma revisão da política agrária.

Finalmente, sobre a Central Nuclear de Ferrel (arredores de Peniche) disse a Primeira-Ministro Lurdes Pintasilgo que o Governo não tem uma política definida para o sector, dado o curto horizonte da sua existência, mas, entretanto, encontra-se em preparação uma lei geral de política energética. Expressou a sua opinião pessoal de que a decisão sobre a central nuclear deve resultar de uma consulta às populações através dos órgãos locais.

Concluída esta sessão de trabalho Lurdes Pintasilgo e a sua comitiva regressaram a Lisboa.